



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, I – Lei Federal nº 14.133/21).

1.1. O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação, conforme art. 6º, XX, Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1.3. Considerando que os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno, devem ser alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública e de acordo com a indispensável avaliação prévia;

1.4. Considerando que a administração deve atender o interesse público de modo eficiente, não pode ela se valer de bens desgastados, e obsoletos, cujo desempenho seja aquém daquele que é esperado para atender a população, como bem aduz a Lei Federal nº 8.987/95, que incita a prestação de serviços públicos adequados, ou seja, de boa qualidade., se faz necessária a formulação deste Estudo Técnico Preliminar.

02. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, II – Lei Federal nº 14.133/21).

2.1. A administração anterior não deixou Plano de Contratação Anual conhecido.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III – Lei Federal nº 14.133/21).

3.1. Poderão participar do leilão as pessoas físicas ou jurídicas, ou seus procuradores, desde que munidos de instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos à participação nesse certame, implica, por parte dos licitantes, a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração, que possui o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital e é responsável pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.2. A participação no leilão, em quaisquer de suas fases, implica na responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica ou infraestrutura e logística para viabilizar sua participação, ainda que representado por intermédio de procurador.

3.3. Não será permitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procuradores para mais de um licitante na disputa do bem. O representante legal não poderá estar impedido de licitar e contratar com a administração nos termos do que dispõe o art. 14, incisos III, IV, V e VI, da Lei nº 14.133, de 2021 e/ou sancionadas com as penas previstas nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Não poderão participar do leilão os servidores da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, membros da Comissão de Avaliação, o servidor designado como leiloeiro bem como os respectivos parentes consanguíneos ou afins, consoante o estabelecido no §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/21, e pessoas que se encaixam nas hipóteses do art. 890 do Código de Processo Civil.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

3.5. Do mesmo modo, não poderão participar pessoas físicas e jurídicas impedidas de licitar e contratar com a administração nos termos do que dispõe o art. 14, incisos III, IV, V e VI, da Lei nº 14.133, de 2021 e/ou sancionadas com as penas previstas nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Não poderão participar do leilão pessoas jurídicas que empreguem menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.7. A participação no leilão implica na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital, bem como submissão às demais obrigações legais decorrentes.

3.8. A nenhum participante é dado direito de não conhecer os termos do Edital ou da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

3.9. Nos termos do disposto no artigo 31, §4º, da Lei 14.133/2021, o leilão não terá fase de habilitação

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, IV – Lei Federal nº 14.133/21).

4.1. Os bens apreçados são os relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CONDIÇÃO	AValiação
Lote I	Um Ônibus, marca Mercedes Benz, modelo 371, ano 1989, Chassi: 9BM364209KC063297 placa: BFY4450	Usado	R\$ 10.000,00
Lote II	Pulverizador Incomagre sem bomba	Usado	R\$ 2.000,00
Lote III	Roçadeira Marchesan RC2 1500	Usado	R\$ 1.800,00
Lote IV	Um Trator, marca New Holland, modelo TM 135, Ano 2008, Chassi Z7CC30782. Integra o lote 01 (uma) Lâmina Dianteira, 01 (um) Arrancador de Citros e 01 (um) Rastelo	Usado	R\$ 90.000,00
Total Geral dos Lotes →			0

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, V – Lei Federal nº 14.133/21).

5.1. A Administração Pública adquire bens permanentes (móveis, equipamentos, veículos, etc.) que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades e/ou na prestação de serviços públicos à sociedade. Com o decurso do tempo, tais bens podem deixar de ser úteis ao órgão possuidor, tornando-se “inservíveis”, denominação genérica atribuída aos bens ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

5.2. Por não servirem mais à finalidade para a qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio do órgão possuidor, devendo, portanto, serem retirados do patrimônio público, isto é, feito o desfazimento desses bens.

5.3. A opção pela alienação dos bens na modalidade de leilão se dá pelo fato de tratar-se de procedimento legal e célere, sem maiores obstáculos burocráticos existentes em outros procedimentos, constituindo-se na melhor forma para atingir-se o objetivo proposto e o interesse público.

5.4. Os valores mínimos estimados para cada item (lote) foram apontados pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria 3.263, de 23 de abril de 2025.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI – Lei Federal nº 14.133/21).

6.1. O valor mínimo estimado para cada lote está descrito no quadro do item 4 deste ETP e, estima-se que a Administração arrecade com a venda de todos os itens, o valor total descrito ao final da tabela do subitem 4.1. deste ETP.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII – Lei Federal nº 14.133/21).

7.1. Em virtude das justificativas apresentadas no item do levantamento de mercado deste Estudo Técnico Preliminar, a alienação dos lotes de bens móveis deverá ser realizada através da modalidade Leilão.

7.2. Caberá aos interessados vistoriar os bens a serem apreçados no dia e horário a serem estipulados pelo Edital.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, VIII – Lei Federal nº 14.133/21).

8.1. Não se torna viável o parcelamento por item em função da licitação, devendo ser realizado na modalidade de leilão que contempla o maior lance ofertado por lote e através de carta de arrematação, objetivando a maior vantajosidade para este ente público.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX – Lei Federal nº 14.133/21).

9.1. Com os valores arrecadados com a alienação, a administração municipal poderá adquirir veículos novos, melhorando desta forma a frota disponível.

10. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X – Lei Federal nº 14.133/21).

10.1. O arrematante deverá efetuar o pagamento dos valores devidos pela arrematação dos bens nas formas e nos prazos definidos em edital.

10.2. A retirada do bem arrematado correrá por conta do arrematante, assim como as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados.

10.3. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Cândido Rodrigues/SP, cujo contato será oportunamente informado.

10.4. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver(em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Cândido Rodrigues/SP, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

10.5. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Cândido Rodrigues/SP, constante do bem arrematado.

10.6. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Cândido Rodrigues/SP no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Cândido Rodrigues/SP, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

11. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI – Lei Federal nº 14.133/21).

11.1. Não se verifica, nesta unidade, contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação da demanda descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII – Lei Federal nº 14.133/21).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

12.1. Item não aplicável à solução de contratação.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 18, §1º, XIII – Lei Federal nº 14.133/21).

13.1. Diante de todo o exposto, entende-se fundamental a realização da licitação para leiloar os bens móveis conforme comissão de avaliação e por interesse público.

13.2. Entende-se como viável e razoável a alienação dos bens por meio de processo licitatório.

13.3. Descrição do Objeto: Leilão para alienação de bens móveis inservíveis do município de Cândido Rodrigues/SP.

13.4. Modalidade da licitação: Leilão Presencial.

13.5 Critério de julgamento: MAIOR LANCE, ou seja, será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e apresentar o MAIOR LANCE.

13.6. Entendemos pela escolha da forma presencial para a realização do leilão por ser esta mais adequada aos interesses da Administração, uma vez que vários dos problemas que podem surgir em um leilão eletrônico, como a demora na retirada dos lotes, dificuldades para o pagamento, apontamentos de alteração nas características dos itens entre a data de lances e a da retirada, dentre outros, são praticamente zerados na modalidade presencial.

14. RESPONSÁVEIS.

14.1. Declaro que participei ativamente de todas as deliberações acontecidas neste estudo técnico preliminar.

Cândido Rodrigues/SP e, 24 de abril de 2025.

ALEF HENRIQUE BERTOLO
Secretario Municipal de Planejamento e
Gestão Administrativa